



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DESEMPENHO NO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2011

Submetemos à apreciação de V.S. as Informações Financeiras individuais e consolidadas do semestre encerrado em 30 de Junho de 2011 do Banco ABC BRASIL S.A.

BANCO ABC BRASIL S.A.

Somos um banco múltiplo, especializado na concessão de crédito e serviços para empresas de médio a grande porte. Possuímos uma das mais diversificadas carteiras de clientes entre os bancos médios, que abrange empresas de média a grande porte. Contamos com um amplo portfólio de produtos, ágil processo decisório e profunda expertise na análise de crédito, o que nos tem possibilitado auferir resultados consistentes com índices de perda notadamente baixos. Somos um dos únicos bancos brasileiros de porte médio a contar com controle internacional e autonomia local.

Construímos nos últimos 22 anos uma base de clientes sólida, oferecendo a eles produtos financeiros de maior valor agregado e adaptados às suas necessidades específicas. Dessa maneira, acreditamos estar aptos a concorrer, com vantagens expressivas, no nicho de mercado em que atuamos.

O suporte operacional e financeiro do nosso acionista controlador, Arab Banking Corporation, em conjunto com o nosso conhecimento do mercado brasileiro nos garante a mais alta classificação de risco entre os bancos médios de capital aberto conferida pela Moody's Investors Services, equivalente a "Aa1.br" na escala nacional e "Baa.3" em escala global e pela *Fitch Ratings, Inc.*, equivalente a "AA-" na escala nacional e "BB+" em escala global.

O Banco ABC BRASIL S.A. está listado no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA).

ESTRUTURA ACIONÁRIA

A estrutura acionária em 30 de junho de 2011 era a seguinte: ABC (BSC): 57,2%; Mercado: 34,0%; Administradores e Conselheiros: 7,3%; Tesouraria: 0,9% e Colaboradores: 0,6%

RENTABILIDADE DOS NEGÓCIOS

O Banco ABC BRASIL S.A. apresentou um lucro líquido de R\$ 116,9 milhões no primeiro semestre de 2011 (R\$ 97,1 milhões no primeiro semestre de 2010), representando uma rentabilidade anualizada sobre o patrimônio médio de 16,4% no período (15,6% no primeiro semestre de 2010). O aumento do lucro líquido do banco decorreu, principalmente, do aumento da carteira de crédito.

O resultado operacional registrado no primeiro semestre de 2011 foi de R\$ 210,3 milhões (R\$ 164,5 milhões no mesmo período de 2010). A margem financeira (resultado bruto da intermediação financeira) e as receitas com prestação de serviços atingiram respectivamente R\$ 265,3 milhões e R\$ 60,5 milhões no primeiro semestre de 2011 (respectivamente R\$ 193,5 milhões e R\$ 50,6 milhões no primeiro semestre de 2010).

Foi destinado aos acionistas, a título de Juros sobre o Capital Próprio, o valor bruto total de R\$ 38,9 milhões, o que representa um valor bruto de R\$ 0,29 por cada ação ordinária e cada ação preferencial, observadas as disposições legais atinentes à retenção de impostos, sendo os juros relativos ao segundo trimestre de 2011.

CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito incluindo garantias prestadas atingiu R\$ 12.234,8 milhões no final do primeiro semestre de 2011 (R\$10.251,3 milhões ao final do mesmo período do ano anterior). Ao final do trimestre, a carteira de crédito apresentou um índice de créditos classificados de AA-C em relação à carteira total de créditos de 98,1% (97,0% ao final do primeiro semestre de 2010). O saldo de provisão para devedores duvidosos representou 1,69% do total da carteira ao final do primeiro semestre de 2011 (1,78% ao final do primeiro semestre de 2010).



BALANÇOS PATRIMONIAIS

30 de junho de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Banco		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Circulante		7.181.175	6.809.248	7.231.105	6.842.491
Disponibilidades		15.306	11.868	15.306	11.868
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	1.245.433	1.256.593	1.245.433	1.256.593
Aplicações no mercado aberto		599.999	645.861	599.999	645.861
Aplicações em depósitos interfinanceiros		447.020	432.477	447.020	432.477
Aplicações em moeda estrangeira		198.414	178.255	198.414	178.255
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	973.618	896.457	1.014.369	921.628
Carteira própria		369.126	668.585	409.877	693.756
Vinculados a compromissos de recompra		100.081	45.111	100.081	45.111
Vinculados a prestação de garantias		464.530	127.129	464.530	127.129
Instrumentos financeiros derivativos		39.881	55.632	39.881	55.632
Relações interfinanceiras	6	75.429	67.145	75.429	67.145
Pagamentos e recebimentos a liquidar		413	141	413	141
Repasses interfinanceiros		22.857	30.203	22.857	30.203
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		52.159	36.801	52.159	36.801
Operações de crédito		4.052.001	3.676.791	4.052.001	3.676.791
Operações de crédito - setor público	7	782	905	782	905
Operações de crédito - setor privado	7	4.108.386	3.734.458	4.108.386	3.734.458
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8	(57.167)	(58.572)	(57.167)	(58.572)
Outros créditos		814.755	885.836	823.934	893.908
Créditos por avais e fianças honradas		881	-	881	-
Carteira de câmbio	9.a	689.798	771.643	689.798	771.643
Rendas a receber		6.505	5.161	6.505	5.161
Negociação e intermediação de valores	9.b	17.833	11.043	17.833	11.043
Diversos	9.c	118.144	112.051	127.323	120.123
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8	(18.406)	(14.062)	(18.406)	(14.062)
Outros valores e bens		4.633	14.558	4.633	14.558
Outros valores e bens		2.326	5.538	2.326	5.538
Despesas antecipadas		2.307	9.020	2.307	9.020
Realizável a longo prazo		2.920.165	2.752.567	3.001.421	2.839.415
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	107.719	120.880	188.942	206.849
Carteira própria		69.860	104.103	151.083	190.072
Vinculados a prestação de garantias		19.920	15.042	19.920	15.042
Instrumentos financeiros derivativos		17.939	1.735	17.939	1.735
Operações de crédito		2.759.924	2.568.655	2.759.924	2.568.655
Operações de crédito - setor público	7	781	2.705	781	2.705
Operações de crédito - setor privado	7	2.793.915	2.601.050	2.793.915	2.601.050
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8	(34.772)	(35.100)	(34.772)	(35.100)
Outros créditos		48.364	61.596	48.397	62.475
Rendas a receber		1.163	456	1.163	456
Negociação e intermediação de valores	9.b	579	30	579	30
Diversos	9.c	62.546	75.456	62.579	76.335
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8	(15.924)	(14.346)	(15.924)	(14.346)
Outros valores e bens		4.158	1.436	4.158	1.436
Investimentos temporários		1.436	1.436	1.436	1.436
Despesas antecipadas		2.722	-	2.722	-
Permanente		140.777	129.327	192.52	17.196
Investimentos		124.278	114.975	412	412
Participações em controladas - no País	10	123.883	114.580	-	-
Outros investimentos		395	395	412	412
Imobilizado de uso	13	11.833	10.278	14.174	12.710
Outras imobilizações de uso		18.740	15.623	22.756	19.639
Depreciações acumuladas		(6.907)	(5.345)	(8.582)	(6.929)
Diferido	13	692	1.090	692	1.090
Gastos de organização e expansão		4.389	4.390	4.389	4.390
Amortizações acumuladas		(3.697)	(3.300)	(3.697)	(3.300)
Intangível	13	3.974	2.984	3.974	2.984
Ativos intangíveis		9.550	6.589	9.550	6.589
Amortizações acumuladas		(5.576)	(3.605)	(5.576)	(3.605)
Total do Ativo		10.242.117	9.691.142	10.251.778	9.699.102

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
			Reserva legal	Equalização de dividendos				
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1.004.400	671	41.469	178.638	121	-	(6.858)	1.218.441
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	-	-	-	-	(178)	-	-	(178)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	97.104	-	97.104
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(36.301)	-	(36.301)
Destinação - Reserva legal	-	-	4.855	-	-	(4.855)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2010	1.004.400	671	46.324	178.638	(57)	55.948	(6.858)	1.279.066
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.004.400	671	51.580	228.148	(23)	55.948	(6.858)	1.347.918
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	-	-	-	-	(244)	-	-	(244)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	116.905	-	116.905
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(40.335)	-	(40.335)
Destinação - Reserva legal	-	-	5.845	-	-	(5.845)	-	-
Destinação de reservas	-	-	-	15.000	(15.000)	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2011	1.004.400	671	57.425	243.148	(267)	70.725	(6.858)	1.424.244

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	Banco		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Receitas da intermediação financeira		520.405	458.112	528.704	461.737
Operações de crédito		402.990	352.589	402.990	352.589
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		102.598	68.705	110.897	72.330
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.b	(8.339)	17.905	(8.339)	17.905
Resultado de operações de câmbio		23.156	18.913	23.156	18.913
Despesas da intermediação financeira		(263.235)	(269.008)	(263.359)	(268.495)
Operações de captação no mercado		(178.485)	(179.831)	(178.485)	(179.318)
Operações de empréstimos e repasses		(70.724)	(66.395)	(70.848)	(66.395)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(14.026)	(22.920)	(14.026)	(22.920)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa - Variação cambial s/ câmbio e cessão de crédito consignado		-	138	-	138
Resultado bruto da intermediação financeira		257.170	189.104	265.345	193.242
Outras receitas (despesas) operacionais		(49.716)	(26.552)	(55.002)	(28.716)
Receitas de prestação de serviços	18	60.500	50.648	60.500	50.648
Despesas de pessoal		(53.355)	(43.134)	(53.515)	(43.313)
Outras despesas administrativas	19	(32.226)	(27.872)	(32.293)	(27.893)
Despesas tributárias		(20.262)	(16.401)	(20.519)	(16.559)
Resultado de participações em controladas	10	4.976	3.268	-	-
Outras receitas operacionais	20	4.262	9.984	4.435	10.791
Outras despesas operacionais	21	(13.611)	(3.045)	(13.610)	(2.390)
Resultado operacional		207.454	162.552	210.343	164.526
Resultado não operacional		(4.380)	(2.173)	(4.380)	(2.173)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		203.074	160.379	205.963	162.353
Imposto de renda e contribuição social	22	(51.798)	(32.382)	(54.687)	(34.356)
Provisão para imposto de renda		(36.454)	(15.656)	(38.370)	(16.631)
Provisão para contribuição social		(22.140)	(9.696)	(23.079)	(10.223)
Ativo fiscal diferido		6.796	(7.030)	6.762	(7.502)
Participações nos lucros		(34.371)	(30.893)	(34.371)	(30.893)
Lucro líquido do semestre		116.905	97.104	116.905	97.104
Lucro líquido por ação em circulação - em R\$ - 134.451,439 ações (134.451,439 em 2010)		0,87	0,72	0,87	0,72

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CVM 381/03

Em atendimento à Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a necessidade da divulgação, pelas entidades auditadas, de informações sobre a prestação de serviços pelo Auditor Independente, o Banco ABC BRASIL S.A., informa que os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Banco e suas controladas são prestados pela *Ernst & Young Tercero Auditores Independentes S.S.*

Não foram prestados quaisquer serviços não relacionados à auditoria.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos. Estes princípios consistem em: 1) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; 2) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; 3) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

CARTEIRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O Banco ABC BRASIL S.A. não possui em suas demonstrações financeiras (individual e consolidado) títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento", conforme conceitos definidos na Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 do Banco Central do Brasil.

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ARBITRAGEM

O Banco ABC BRASIL S.A. está vinculado à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

GESTÃO DE RISCOS

1. Risco Corporativo: O Banco ABC BRASIL entende que a gestão de risco é um processo que visa a criação e preservação do valor da instituição, propiciando garantia razoável de que eventos que possam afetar a sejam identificados e, ato contínuo, geridos de acordo com seu apetite de risco. Para tanto, mantêm estruturas específicas visando atender às Resoluções nºs 3.380, 3.464 e 3.721 do Banco Central do Brasil, que regem as atividades de gestão de risco operacional, mercado e crédito, respectivamente.

A Gestão do Risco Corporativo é responsabilidade de todas as áreas e colaboradores, que devem executar suas atividades da melhor maneira e informar tempestivamente os riscos, falhas e deficiências de controles às áreas com condições de tratá-los. É exercida, porém, de forma centralizada nas Áreas de Gestão de Riscos, Gestão de Crédito, Compliance e Auditoria, que respondem disciplinarmente à Presidência.

A estrutura de governança do Banco, baseia-se na regulação da Bolsa de Valores de São Paulo, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil, contando com órgãos como Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, além de comitês internos, como Comitê de Risco do Conselho, Diretoria Colegiada, e outros comitês operacionais como o Comitê de Crédito e Comitê Financeiro.

O Conselho de Administração é responsável pela definição do apetite de risco da Instituição, pela aprovação das estratégias de negócios e pela manutenção de padrões elevados de governança. Deve garantir a efetividade do arcabouço de gestão de risco, provendo independência e recursos para seu bom funcionamento. Recebe para isto o suporte dos órgãos e comitês criados para este fim.

A Diretoria Executiva cabe a execução das definições do Conselho de Administração e a gestão das atividades da instituição.

2. Risco Operacional: O Banco reconhece que o Risco Operacional constitui uma categoria específica e como tal deve ser gerenciado. Deve abranger toda a instituição, envolvendo todos seus colaboradores, incluindo serviços prestados por terceiros, e considerando seus processos, atividades, sistemas,

produtos e estrutura física. O gestão do risco operacional contempla também os riscos legais, contando com o suporte de Área Jurídica própria.

A gestão de riscos operacionais está organizada em três linhas de defesa: 1) os gestores das diversas áreas; 2) a Área de Gestão de Riscos e o Comitê de Risco Operacional; e 3) as auditorias internas e externas. Estas últimas monitoram as áreas operacionais, de negócios ou de suporte, bem como aquelas de controle e gestão de risco.

A gestão baseia-se na contínua identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos por meio de ferramentas específicas. A efetividade das ações é reforçada pela comunicação tempestiva à Administração, pelo envolvimento dos colaboradores e pelos esforços de disseminação da cultura de gestão de risco.

3. Risco de Mercado e Liquidez: A gestão dos riscos de mercado e de liquidez é exercida utilizando-se de informações internas e de ferramentas operadas pela Área de Gestão de Riscos, que centraliza as atividades de controle, monitorando a exposição das carteiras e os níveis aceitáveis de liquidez atuais e futuros.

O Comitê Financeiro tem autorização da Administração para gerir estes riscos em seu nome.


NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

30 de junho de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco é uma sociedade anônima de capital aberto controlada do **ARAB BANKING CORPORATION** que tem sede em Bahrain. No Brasil, o Banco tem como objetivo a prática de operações ativas e passivas inerentes às atividades de banco múltiplo, estando autorizado a operar com as carteiras: comercial, inclusive de câmbio, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de crédito imobiliário. O Banco opera através das dependências instaladas no País e no exterior através de sua dependência localizada em Georgetown, Grand Cayman (nota 12).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

I. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Critérios de Consolidação: As demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e normativas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco ABC BRASIL S.A. e das empresas controladas ABC BRASIL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e ABC BRASIL Administração e Participações Ltda., cuja participação direta e indireta em 30 de junho de 2011, corresponde a aproximadamente 100%. As demonstrações financeiras foram elaboradas e aprovadas pela Diretoria da companhia em 01 de agosto de 2011. As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pelo Banco, incluindo as operações realizadas pela dependência no exterior e empresas controladas incluídas na consolidação foram uniformemente aplicadas, sendo que os investimentos, os direitos, as obrigações e os resultados entre as empresas consolidadas foram eliminados. A elaboração das demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, e requer que a administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **II. Principais Práticas Contábeis:** O Banco efetuou ajustes na classificação entre curto e longo prazo para operações de captação junto ao BNDES, FINAME. Para fins de comparabilidade os saldos anteriormente apresentados em 30 de junho de 2010 foram reclassificados conforme demonstrado a seguir:

	Banco			Consolidado		
	Divulgação Anterior	Ajuste	Saldo Ajustado	Divulgação Anterior	Ajuste	Saldo Ajustado
	Passivo circulante	5.304.619	511.762	5.816.381	5.312.579	511.762
Obrigações por repasses do país	159.703	511.762	671.465	159.703	511.762	671.465
BNDES	131.242	323.165	454.407	131.242	323.165	454.407
FINAME	28.461	188.597	217.058	28.461	188.597	217.058
Passivo exigível a longo prazo	3.089.965	(511.762)	2.578.203	3.089.965	(511.762)	2.578.203
Obrigações por repasses do país	1.636.379	(511.762)	1.124.617	1.636.379	(511.762)	1.124.617
BNDES	1.074.750	(323.165)	751.585	1.074.750	(323.165)	751.585
FINAME	561.629	(188.597)	373.032	561.629	(188.597)	373.032

As principais práticas contábeis são assim resumidas: **a) Critérios de Avaliação dos Ativos:** As aplicações interfinanceiras, as operações de crédito e os demais direitos, exceto os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados pelo custo de aquisição, de aplicação ou de liberação, acrescidos de variações cambiais, monetárias e juros contrapartida pactuados. Quando o valor de mercado for inferior, é efetuada provisão para ajuste do ativo ao valor de realização. Os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, no tocante à sua manutenção em carteira ou disponibilidade para negociação, e são registrados como segue: Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do exercício. Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são ajustados ao valor de mercado, sendo a diferença entre os valores atualizados pela curva do papel e os valores de mercado, registrada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferida para o resultado do período em que houver a sua efetiva realização. Instrumentos financeiros derivativos: são ajustados para o valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. As operações a termo são registradas pelo valor final contratado deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, sendo essa diferença reconhecida como receitas ou despesas em razão do prazo de fluência dos contratos. As operações com opções são registradas pelo valor dos prêmios pagos ou recebidos até o efetivo exercício da opção, quando então é baixado como redução ajustado ao valor de mercado ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício. As operações de futuro são registradas pelo valor dos ajustes diários, apropriados como receita ou despesa. As operações de "swap" são registradas pelo diferencial a receber ou a pagar, diferencial esse apropriado como receita ou despesa. As operações com outros instrumentos financeiros derivativos, são registradas de acordo com as características do contrato. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para absorver eventuais prejuízos na sua realização e sua constituição leva em conta, além da experiência passada, a avaliação de riscos dos devedores e seus garantidores, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e os demais investimentos são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas permanentes. Os bens e direitos, classificados no mobiliário de uso, são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, dos saldos da respectiva conta de depreciação, calculados pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a vida útil econômica dos bens. O ativo diferido é demonstrado pelo valor do capital aplicado, deduzido dos saldos de amortizações acumuladas calculadas pelo método linear. Os ativos intangíveis são registrados pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso. **b) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CVM nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias do vencimento. **c) Critérios de Avaliação dos Passivos:** As obrigações, encargos e riscos conhecidos ou calculáveis, inclusive encargos tributários, calculados com base no resultado de períodos são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo Banco Central do Brasil e as obrigações sujeitas às atualizações monetárias com base em cláusulas contratuais são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço. **d) Hedge Accounting:** Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior através de Instrumentos de Dívida Subordinada de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos para proteção total (Hedge de Valor Justo) dos valores do principal captado e correspondente juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos designados como proteção, o valor do principal protegido, acrescido dos juros devidos, é demonstrado pelo valor justo e também marcado a mercado. A variação no valor justo dos derivativos designados para hedge é reconhecida na demonstração do resultado. Entretanto, a variação do valor justo do item objeto de hedge atribuído ao risco que é "hedgiado" é registrada como parte do seu valor contábil e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se o instrumento de hedge vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de hedge não se enquadra nas condições de hedge accounting, a relação de hedge é terminada. Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, assim como também são documentadas a avaliação, tanto no início da operação de hedge como de forma contínua, de que os instrumentos financeiros Derivativos na operação de proteção são altamente efetivos na compensação de variações no valor justo (marcação a mercado) do item protegido. Um hedge é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor justo ou fluxo de caixa atribuído ao risco que está sendo coberto durante o período na relação de hedge anular de 80% a 125% da variação do risco. O valor justo dos Instrumentos Financeiros Derivativos usados como proteção bem como o valor da marcação a mercado da captação objeto de proteção estão divulgados na nota 17. e 5.b respectivamente. Os demais instrumentos financeiros e exposições das carteiras de negociação ("Trading Book") e das carteiras de não negociação ("Banking Book") não possuem política específica para proteção ("Hedge Accounting"). Os riscos de tais carteiras são mitigadas por instrumentos financeiros diversos (nota 5.b). **e) Classificação dos Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo:** Os ativos e passivos operacionais, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram até o prazo de 1 ano da data do balanço, estão classificados no circulante e aqueles, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram após esse prazo são classificados no longo prazo. **f) Apuração das Receitas e Despesas:** As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência de exercícios, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização. As rendas sobre operações de crédito vencidas há mais de 60 dias somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Também são reconhecidas com base no regime de competência de exercícios, o imposto de renda e a contribuição social, cujos valores diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de receitas e despesas ainda não tributáveis ou dedutíveis para fins fiscais, cujas adições ou exclusões futuras são autorizadas pela legislação tributária. **g) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios descritos a seguir: **Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos. **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. **h) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - (Impairment):** É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. **i) Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda é calculado pela alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 120 para o semestre, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social é apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor à alíquota de 15%. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e despesas temporariamente indedutíveis, foram computados utilizando as alíquotas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro acima mencionadas. De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do semestre, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real das pessoas jurídicas que optarem pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 (nota 22).

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

	Banco e Consolidado	
	2011	2010
Disponibilidades	15.306	11.868
Aplicações financeiras de liquidez	908.835	334.887
Aplicações em moedas estrangeiras	198.414	178.255
Outras operações com vencimentos até 90 dias	710.421	156.632
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	924.141	346.755

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
As aplicações no mercado aberto lastreadas por títulos públicos federais têm prazos de vencimento de um dia útil. As aplicações em depósitos interfinanceiros têm prazos de vencimento até março de 2012.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
a) Títulos e Valores Mobiliários
A classificação dos títulos, em 30 de junho de 2011 e 2010, é demonstrada como segue:

	2011				2010			
	Banco		Consolidado		Banco		Consolidado	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos para negociação								
Títulos no exterior	-	-	-	-	181.467	181.467	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	22.840	22.840	22.840	22.840	14.214	28.117	-	-
Eurobônus	19.132	19.185	19.132	19.185	26.704	26.704	-	-
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B"	6.200	6.163	6.200	6.163	5.773	5.773	-	-
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - A"	39.360	38.706	39.360	38.706	-	-	-	-
Ações de companhias abertas	1.610	1.732	1.610	1.732	2.103	2.103	-	-
Subtotal - Títulos para negociação	89.142	88.626	89.142	88.626	230.261	244.164	-	-
Títulos disponíveis para venda								
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B"	36.037	35.778	36.037	35.778	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	657.665	657.652	681.388	681.374	586.250	592.264	-	-
Certificado de depósitos bancários	22.747	22.747	120.999	120.999	15.042	106.365	-	-
Cotas de fundo em direitos creditórios	4.158	4.158	4.158	4.158	31.547	31.547	-	-
Debêntures	62.872	62.427	62.872	62.427	89.338	89.338	-	-
Eurobônus	11.583	11.857	11.583	11.857	4.644	4.644	-	-
Nota promissória	140.272	140.272	140.272	140.272	-	-	-	-
Ações de companhias abertas	-	-	-	-	2.788	2.788	-	-
Subtotal - Títulos disponíveis para venda	935.334	934.891	1.057.309	1.056.865	729.709	826.946	-	-
Total	1.024.476	1.023.517	1.146.451	1.145.491	959.970	1.071.110	-	-

Em 30 de junho de 2011, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria disponíveis para venda totalizavam perda líquida de R\$ 444 (R\$ 95 de perda líquida em 2010), os quais estão registrados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" líquido do efeito tributário, no montante de R\$ 267 (R\$ 57 em 2010). A composição da carteira em 30 de junho de 2011, considerando o prazo de vencimento, é demonstrada como segue:

	Banco					
	2011		2010		2010	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos para negociação						
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	22.840	-	22.840
Eurobônus	-	-	-	-	5.153	19.185
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B"	-	-	6.163	-	-	6.163
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - A"	-	-	-	-	-	38.706
Ações de companhias abertas	1.732	-	-	-	-	1.732
Subtotal - Títulos para negociação	1.732	-	6.163	22.840	5.153	52.738
Títulos disponíveis para venda						
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B"	-	-	-	-	20.418	35.778
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	4.747	652.905	657.652
Certificado de depósitos bancários	-	-	-	-	22.747	22.747
Cotas de fundo em direitos creditórios	1.725	-	2.433	-	46.190	4.158
Debêntures	-	3.883	-	3.367	46.190	8.987
Eurobônus	-	-	-	-	3.985	7.872
Nota promissória	-	33.206	64.830	42.236	-	140.272
Subtotal - Títulos disponíveis para venda	1.725	37.089	67.263	50.350	746.245	32.219
Total - 2011	3.457	37.089	73.426	73.190	751.398	84.957
Total - 2010	2.788	-	202.893	-	240.012	959.970

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

	Banco e Consolidado	
	2011	2010
Disponibilidades	15.306	11.868
Aplicações financeiras de liquidez	908.835	334.887
Aplicações em moedas estrangeiras	198.414	178.255
Outras operações com vencimentos até 90 dias	710.421	156.632
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	924.141	346.755

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
As aplicações no mercado aberto lastreadas por títulos públicos federais têm prazos de vencimento de um dia útil. As aplicações em depósitos interfinanceiros têm prazos de vencimento até março de 2012.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
a) Títulos e Valores Mobiliários
A classificação dos títulos, em 30 de junho de 2011 e 2010, é demonstrada como segue:

	2011				2010			
	Banco		Consolidado		Banco		Consolidado	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos para negociação								
Títulos no exterior	-	-	-	-	181.467	181.467	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	22.840	22.840	22.840	22.840	14.214	28.117	-	-
Eurobônus	19.132	19.185	19.132	19.185	26.704	26.704	-	-
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B"	6.200	6.163	6.200	6.163	5.773	5.773	-	-
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - A"	39.360	38.706	39.360	38.706	-	-	-	-
Ações de companhias abertas	1.610	1.732	1.610	1.732	2.103	2.103	-	-
Subtotal - Títulos para negociação	89.142	88.626	89.142	88.626	230.261	244.164	-	-
Títulos disponíveis para venda								
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B"	36.037	35.778	36.037	35.778	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	657.665	657.652	681.388	681.374	586.250	592.264	-	-
Certificado de depósitos bancários	22.747	22.747	120.999	120.999	15.042	106.365	-	-
Cotas de fundo em direitos creditórios	4.158	4.158	4.158	4.158	31.547	31.547	-	-
Debêntures	62.872	62.427	62.872	62.427	89.338	89.338	-	-
Eurobônus	11.583	11.857	11.583	11.857	4.644	4.644	-	-
Nota promissória	140.272	140.272	140.272	140.272	-	-	-	-
Ações de companhias abertas	-	-	-	-	2.788	2.788	-	-
Subtotal - Títulos disponíveis para venda	935.334	934.891	1.057.309	1.056.865	729.709	826.946	-	-
Total	1.024.476	1.023.517	1.146.451	1.145.491	959.970	1.071.110	-	-

Em 30 de junho de 2011, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria disponíveis para venda totalizavam perda líquida de R\$ 444 (R\$ 95 de perda líquida em 2010), os quais estão registrados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" líquido do efeito tributário, no montante de R\$ 267 (R\$ 57 em 2010). A composição da carteira em 30 de junho de 2011, considerando o prazo de vencimento, é demonstrada como segue:

	Banco					
	2011		2010		2010	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos para negociação						
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	22.840	-	22.840
Eurobônus	-	-	-	-	5.153	19.185
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B"	-	-	6.163	-	-	6.163
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - A"	-	-	-	-	-	38.706
Ações de companhias abertas	1.732	-	-	-	-	1.732
Subtotal - Títulos para negociação	1.732	-	6.163	22.840	5.153	52.738
Títulos disponíveis para venda						
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B"	-	-	-	-	20.418	35.778
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	4.747	652.905	657.652
Certificado de depósitos bancários	-	-	-	-	22.747	22.747
Cotas de fundo em direitos creditórios						



ABC BRASIL

ARAB BANKING CORPORATION

BANCO ABC BRASIL S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 28.195.667/0001-06
www.abcbrasil.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

30 de junho de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Os saldos das operações de crédito, garantias prestadas e responsabilidades, por prazo de vencimento, são demonstrados como segue:

	Banco e Consolidado						
	2011						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 anos	Vencidas a partir de 15 dias
Operações de crédito	599.561	1.011.712	1.245.454	1.241.986	2.198.841	595.855	10.455
Outros créditos	70.182	145.849	267.363	54.681	18.880	3.695	4.193
Subtotal - Operações de crédito e outros créditos	669.743	1.157.561	1.512.817	1.296.667	2.217.721	599.550	14.648
Garantias prestadas e responsabilidades	382.544	694.112	899.841	1.773.276	984.297	32.021	-
Total - 2011	1.052.287	1.851.673	2.412.658	3.069.943	3.202.018	631.571	14.648
Total - 2010	1.075.919	1.832.522	1.885.841	2.800.956	2.503.051	530.154	22.526

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2011 foram realizadas operações de cessões de créditos, sem coobrigação, amparadas no disposto na Resolução nº 2.836 do Banco Central do Brasil, no montante de R\$ 16.976 (R\$ 25.097 em 2010). O efeito dessas operações no resultado do 1º semestre de 2011 foi de R\$ 204 (R\$ 295 em 2010). A concentração do risco de crédito é assim demonstrada:

	Banco e Consolidado					
	2011			2010		
	Saldo	% sobre a Carteira (1)	% sobre o Patrimônio Líquido	Saldo	% sobre a Carteira (1)	% sobre o Patrimônio Líquido
Principal devedor	203.869	2,73	14,31	280.705	4,10	21,95
10 maiores devedores	992.853	13,29	69,71	1.014.643	14,82	79,33
20 maiores devedores	1.554.098	20,81	109,12	1.521.624	22,23	118,96

8. PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA E OUTROS CRÉDITOS

Em 30 de junho de 2011 e de 2010, a carteira de operações de crédito e outros ativos e a provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros créditos, estão assim distribuídos:

Nível de Risco	Nível de Provisionamento	Banco e Consolidado			
		2011			
		Curso Normal	Atraso	Total	Provisão Res. 2682
AA	-	-	909.363	-	-
A	0,5%	-	2.867.939	-	14.349
B	1,0%	-	2.963.756	435	29.642
C	3,0%	-	586.379	1.166	17.626
D	10,0%	-	37.705	1.704	3.941
E	30,0%	-	43.588	284	43.872
F	50,0%	-	15.496	1.272	8.384
G	70,0%	-	1.392	92	1.039
H	100,0%	-	28.441	9.695	38.136
Total			7.454.059	14.648	7.468.707

Nível de Risco	Nível de Provisionamento	Banco e Consolidado			
		2010			
		Curso Normal	Atraso	Total	Provisão Adicional
AA	-	-	1.076.576	-	-
A	0,5%	-	2.464.229	-	12.321
B	1,0%	-	2.567.596	3.918	29.248
C	3,0%	-	518.965	8.220	17.126
D	10,0%	-	95.540	2.391	9.793
E	30,0%	-	54.671	2.472	17.143
F	50,0%	-	24.442	1.261	12.852
G	70,0%	-	1.174	1.385	1.791
H	100,0%	-	11.395	10.411	21.806
Total			6.814.588	30.058	7.468.707

Provisão Adicional: Em 30 de junho de 2010, considerando possíveis aumentos nos níveis de risco de crédito em decorrência das incertezas ainda existentes no atual ambiente econômico, foram constituídas, preventivamente, provisões adicionais aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil. Tais provisões foram concentradas nos níveis de classificação B e C, como um reforço aos percentuais mínimos requeridos para esses níveis. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa e de outros créditos teve a seguinte movimentação nos semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010:

	Banco e Consolidado			
	2011		2010	
	Operações de crédito	Outros créditos	Total	Total
Saldo no início do período	100.651	23.291	123.942	127.189
Constituição	1.727	12.299	14.026	22.816
Classificados como resultados de exercícios futuros	-	342	342	104
Créditos compensados como prejuízo	(10.439)	(1.602)	(12.041)	(28.029)
Total	91.939	34.330	126.269	122.080

Em 30 de junho de 2011, o saldo de créditos renegociados é de R\$ 72.809 (R\$ 72.550 em 2010) no Banco e consolidado, sendo que o montante das operações de crédito renegociadas durante o semestre findo em 30 de junho de 2011 foi de R\$ 14.573 (R\$ 21.895 em 2010). O montante de créditos recuperados, anteriormente compensados contra a provisão, no semestre findo em 30 de junho de 2011 foi de R\$ 1.595 (R\$ 5.692 em 2010).

9. OUTROS CRÉDITOS

a) O saldo da carteira de câmbio está assim demonstrado:

	Banco e Consolidado			
	2011		2010	
	Operações de crédito	Outros créditos	Total	Total
Câmbio comprado a liquidar - CCL	555.177	580.768	1.135.945	1.135.945
Provisão sobre variação cambial de CCL	-	(110)	(110)	(110)
Direitos sobre vendas de câmbio	126.504	183.970	310.474	310.474
Adiantamentos recebidos	(2.920)	(4.649)	(7.569)	(7.569)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (ACC)	11.037	11.664	22.701	22.701
Total	689.798	771.643	1.461.441	1.461.441

b) A posição de negociação e intermediação de valores é representada substancialmente por valores a receber, decorrente de liquidação de operações com ativos financeiros registrados nas bolsas.

c) A composição de outros créditos diversos está assim demonstrada:

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Créditos tributários (Nota 22)	66.966	58.914	67.443	59.761
Devedores por depósitos em garantia	48.274	49.283	56.059	56.845
Impostos e contribuições a compensar	21.942	16.461	22.675	16.793
Impostos e contribuições a recuperar	97	71	278	246
Títulos e créditos a receber	35.669	50.515	35.669	50.515
Valores a receber por venda de ações	6.526	9.780	6.526	9.780
Outros	1.216	2.483	1.252	2.518
Total	180.690	187.507	189.902	196.458

10. INVESTIMENTOS

	ABC BRASIL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.		ABC BRASIL Administração e Participações Ltda.	
	2011	2010	2011	2010
Capital social	49.600	55.632	55.632	55.632
Patrimônio líquido	64.021	59.865	11.037	11.664
Resultado do semestre	-	2.412	2.564	-
Nº de ações ordinárias possuídas	24.980.054	-	-	-
Nº de ações preferenciais possuídas	24.980.055	-	-	-
Nº de cotas possuídas	-	55.631.814	-	-
% de participação	100,00	99,99	-	-
Valor contábil	64.021	59.865	123.886	114.580
Equivalência patrimonial	2.412	2.564	4.976	3.268

11. PARTES RELACIONADAS

a) **Empresas Controladas e Ligadas:** Os valores abaixo se referem a transações do Banco com empresas controladas e empresas ligadas. Nas operações envolvendo partes relacionadas foram praticadas taxas e condições usuais de mercado nas datas das transações. Nos semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

Operações/Partes Relacionadas	Grau de Relação	Prazos até	2011		2010	
			Ativo/Passivo	Receitas/(Despesas) Semestre	Ativo/Passivo	Receitas/(Despesas) Semestre
			(Passivo)	(Despesas)	(Passivo)	(Despesas)
Depósitos à vista						
- ABC BRASIL Administração e Participações Ltda.	Controlada	S/Venc.to.	(36)	-	(56)	-
- ABC BRASIL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Controlada	S/Venc.to.	(71)	-	(56)	-
- Marsau Comercial Exp. e Importadora Ltda.	Ligada	S/Venc.to.	(1.320)	-	(47)	-
			(1.427)	-	(159)	-
Depósitos a prazo						
- Marsau Comercial Exp. e Importadora Ltda.	Ligada	26/12/2012	(529)	(40)	(694)	(33)
- Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima	Acionista	26/09/2011	(3.480)	(14)	-	-
			(4.009)	(54)	(694)	(33)
Obrigações por empréstimos						
- Arab Banking Corporation (ABC)	Controlador	01/09/2011	(132.985)	(687)	-	-
Recursos em trânsito de terceiros						
- Marsau Comercial Exp. e Importadora Ltda.	Ligada	19/09/2011	(17)	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital						
- Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima	Acionista	13/07/2011	(10.875)	-	(8.387)	-
Outras obrigações - Prestação de serviços						
- ABC BRASIL Administração e Participações Ltda	Controlada	08/07/2011	(20)	(120)	(18)	(108)

b) **Remuneração do Pessoal Chave da Administração:** A remuneração total do pessoal chave da administração para o semestre findo em 30 de junho de 2011 foi de R\$ 27.786 (R\$ 25.358 em 2010), a qual é considerada benefício de curto prazo. O Banco celebrou contrato de não concorrência com seu ex-diretor presidente pelo prazo de 5 anos, no valor de R\$ 4.765.

12. DEPENDÊNCIA NO EXTERIOR

Os saldos das operações praticadas com terceiros realizadas pela dependência no exterior em 30 de junho de 2011 e 2010 são demonstrados como segue:

	Banco e Consolidado			
	2011		2010	
	US\$	R\$	US\$	R\$
Ativos				
Responsabilidades	1.816	2.835	1.097	1.976
Aplicações interfinanceiras de liquidez	112.306	175.321	94.760	170.710
TVM e instrumentos financeiros derivativos	33.881	52.892	49.779	89.677
Operações de crédito - líquido	527.142	822.921	387.301	697.723
Outros créditos e valores e bens	3.783	5.906	6.910	12.448
Total	678.928	1.059.875	539.847	972.534
Passivos				
Depósitos à vista	927	1.447	362	652
Depósitos a prazo	111.274	173.710	79.567	143.340
Obrigações por empréstimos no exterior	799.904	1.248.730	451.958	814.202
Instrumentos financeiros derivativos	8.784	13.713	22.532	40.591
Outras obrigações	4.605	7.189	4.932	8.885
Total	925.494	1.444.789	559.351	1.007.670

13. IMOBILIZADO, DIFERIDO E INTANGÍVEL

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação e de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil econômica dos bens. Conforme Resolução nº 3.617 do Banco Central, até setembro de 2008, os gastos de organização e expansão, representados por beneficiários em propriedades de terceiros, vinham sendo registrados no ativo diferido e amortizados considerando-se o prazo dos aluguéis contratados. O intangível corresponde aos gastos de aquisição e desenvolvimento de logísticos e são amortizados pelo método linear à taxa anual de 20%.

14. DEPÓSITOS

As captações em depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo são efetuadas a taxas normais de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

	Banco e Consolidado					
	2011			2010		
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Depósitos à vista	214.971	-	-	-	-	214.971
Depósitos interfinanceiros	-	293.654	184.348	155.217	15.022	648.241
Depósitos a prazo	-	606.890	953.993	455.054	12.466	2.028.403
Outros depósitos	-	-	-	-	-	-
Captações no mercado aberto	-	185.003	-	-	185.003	370.006
Total - 2011	214.971	1.085.547	1.138.341	610.271	27.488	3.076.618
Total - 2010	147.220	1.206.969	1.114.960	567.590	248.015	3.284.754

15. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Os recursos de aceites e emissão de títulos são negociados a juros de mercado e têm a seguinte distribuição por prazos de vencimento:

	Banco e Consolidado					
	2011			2010		
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Letras de crédito Imobiliário	-	47.043	57.487	-	-	104.530
Letras de crédito do agronegócio	-	176.563	397.901	34.400	-	608.864
Letras Financeiras	-	-	-	38.817	-	38.817
Total - 2011	-	223.606	455.388	73.217	-	752.211
Total - 2010	-	367.753	297.761	103	-	665.617

16. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

As obrigações por empréstimos e repasses têm a seguinte distribuição, por prazos de vencimento:

	Banco e Consolidado					
	2011					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total
Obrigações por empréstimos:						
No exterior	621.093	1.001.052	13.633	-	1.635.778	1.496.001
Obrigações por repasses - Do País:						
BNDES	205.286	583.847	433.838	152.389	1.375.360	1.205.992
FINAME	56.113	166.622	411.717	221.079	855.531	590.090
Outras instituições	-	10.038	-	-	10.038	-
Total - 2011	882.492	1.761.559	859.188	373.468	3.076.707	3.292.083
Total - 2010	559.4					



ABC BRASIL

ARAB BANKING CORPORATION

BANCO ABC BRASIL S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 28.195.667/0001-06
www.abcbrasil.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

30 de junho de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Banco. Os principais processos que fizeram parte do programa de anistia foram: **i)** Compensação de créditos adquiridos de terceiros com outros tributos, **ii)** Contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS") sobre receitas financeiras - Lei nº 9.718/98, **iii)** Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") - alíquota de 8%, **iv)** Programa de integração social ("PIS"), **v)** IRPJ - Prejuízo fiscal inexistente e **vi)** Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") - Empresa não empregadora. Os valores a pagar referentes aos processos que fizeram parte do programa de anistia encontram-se provisionados e aguardamos posicionamento da Receita Federal para que seja efetuada a liquidação financeira dos mesmos. Detalhamos a seguir as principais ações e processos cujas perdas foram consideradas possíveis: **IRPJ e CSLL referente à não-tributação de lucros acumulados de controlada estrangeira:** Em 2001, o Banco ajuizou medida judicial visando assegurar o direito de não adicionar aos seus resultados, para efeitos de apuração do IRPJ e da CSLL, os lucros acumulados e não disponibilizados pela ABC BRASIL Banking Ltd., quando da alienação da participação societária naquela empresa. Atualmente a decisão em 1ª instância é favorável ao Banco. O valor total estimado da contingência corresponde a R\$ 8.298, cuja chance de perda é considerada possível. **Imposto sobre operações financeiras ("IOF"):** Em 1994, o Banco ajuizou medida judicial visando assegurar o direito de não se sujeitar ao pagamento de IOF, sobre o contravalor em cruzeiros, da moeda estrangeira ingressada e destinada a empréstimo, para recolhimento em 48 horas após a liquidação dos contratos de câmbio. Atualmente a decisão em 1ª e 2ª instância é desfavorável ao Banco, sendo que aguardamos pronunciamento do Supremo Tribunal Federal a respeito de novo recurso. O valor total da contingência monta aproximadamente a importância de R\$ 8.697, cuja perda é considerada possível. **Imposto sobre serviços ("ISS"):** Trata-se de diversas medidas judiciais envolvendo Prefeituras Municipais e versa sobre recolhimentos de ISS, principalmente o incidente sobre rendas de garantias prestadas (aval e fiança), relativas às competências de 1994 a 2009. Tais valores correspondem a R\$ 10.705 e a perda é considerada possível. **Programa de Integração Social ("PIS"):** Afastar a exigência da contribuição para o PIS calculado com base nas Emendas Constitucionais nº 10/96, durante o período em que foi recolhida com base na LC 7/70. A exigibilidade do crédito tributário encontra-se suspensa por força de decisão favorável em 2ª instância, que confirmou a sentença concessiva da segurança. O valor total da contingência monta aproximadamente a importância de R\$ 2.224, cuja perda é considerada possível. Encargos Previdenciários: O Banco está defendendo autuação para pagamentos de encargos previdenciários principalmente sobre valores pagos por participação nos lucros no valor de R\$ 26.954, cuja perda é considerada possível. Existe ainda um processo cuja perda possível é estimada em R\$ 38. **Trabalhistas:** Em 30 de junho de 2011, o Banco era parte do pólo passivo em 23 ações trabalhistas em andamento, cujo valor de contingência totalizava R\$ 2.461. O valor da contingência foi totalmente provisionado, levando em consideração a probabilidade de perda das referidas ações. **Cíveis:** Em 30 de junho de 2011, o Banco e suas controladas eram parte em ações cíveis, figurando como autores e como réus. Resumimos a seguir as principais ações em que o Banco e suas controladas figuram como réu e consideradas por nossos assessores jurídicos como possíveis perfazendo um valor total de R\$ 24.334. a) ação visando o pagamento de diferenças de preço de venda de títulos oferecidos para liquidação de empréstimos, cujo valor em discussão é de R\$ 8.209, sendo que até o momento a decisão é favorável ao Banco em 1ª instância; b) ação de anulação da venda de imóvel situado em Recife, envolvendo a controlada ABC BRASIL Administração e Participações Ltda., cujo valor da contingência monta a importância de R\$ 2.409. Embora a avaliação de perda possível, a controlada mantém provisão parcial de R\$ 1.345, com base na real expectativa da Administração quanto à eventual perda no processo; c) ação envolvendo pedido de anulação de lançamento de débito realizado na conta corrente de empresa avalista em operação de crédito, cujo valor da contingência monta a importância de R\$ 12.870 e a chance de perda é considerada possível. **Movimentação das provisões constituídas:**

	Banco			Consolidado		
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
No início do semestre	1.979	4.736	230	1.979	4.785	1.575
Constituição	822	500	-	822	500	-
Reversão	(227)	-	-	(227)	-	-
Baixa	(113)	-	-	(113)	-	-
No final do semestre	2.461	5.236	230	2.461	5.285	1.575

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: O capital social é representado por 135.644.240 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 67.822.120 ações ordinárias e 67.822.120 ações preferenciais. **b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:** Conforme previsto no estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo pode, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio. Durante os semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010, foi deliberada pelos acionistas, a distribuição de juros sobre o capital próprio, calculados de acordo com os dispositivos da Lei nº 9.249/95, os quais são assim resumidos:

	Juros sobre o capital próprio	Redução da despesa com imposto de renda e contribuição social
31/03/2011	18.823	7.529
30/06/2011	20.168	8.067
Total - 2011	38.991	15.596
31/03/2010	17.479	6.992
30/06/2010	17.479	6.992
Total - 2010	34.958	13.984

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP, condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor. **c) Destinação dos Lucros: i) Reserva de Lucros - Equalização de Dividendos:** Por deliberação dos acionistas, através de Assembléias Gerais Ordinária e

Extraordinária de 30 de abril de 2008, foi aprovada a criação da conta Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos, destinando para esta reserva o saldo da conta de lucros acumulados, sendo esta constituída como forma de manter o fluxo de remuneração aos acionistas. **ii) Reserva de Lucros - Recompra de Ações:** A reserva para recompra de ações é constituída para dar suporte a eventual abertura, após deliberação do Conselho de Administração, de programa de recompra de ações de emissão própria quando condições do mercado indicarem tal conveniência. **iii) Destinação dos Resultados Apurados em 31 de Dezembro de 2010:** Em 29 de Abril de 2011, a Assembléia de Acionistas aprovou proposta do Conselho de Administração sobre destinação dos resultados apurados em 31 de Dezembro de 2010, mantendo o valor total proposto para retenção de lucros (reserva legal, reserva de equalização de dividendos e reserva de recompra de ações) e destinando R\$ 10.111 para Reserva Legal de Lucros, R\$ 64.509 para Reservas de Lucros - Equalização de Dividendos e R\$ 55.000 para Reservas de Lucros - Recompras de Ações, respectivamente. **d) Ações em Tesouraria:** Em 24 de julho de 2008, o Conselho de Administração deliberou, por unanimidade, autorizar a Companhia a adquirir até 10% (dez por cento) das ações preferenciais nominativas em circulação representadas por até 4.996.284 ações preferenciais de emissão própria, com o objetivo principal de maximizar a geração de valor para os acionistas da Companhia. A aquisição das ações terá por finalidade a permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social, em conformidade com o artigo 19, alínea "m", do Estatuto Social e Instrução CVM nº 10/80, alterada pelas Instruções CVM nº 268/97 e nº 390/03. Até 30 de junho de 2011, foram adquiridas 1.192.801 ações preferenciais, em um montante de R\$ 6.858.

26. LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILÉIA

O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 3.490/07, instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE, com efeito a partir de 1º de julho de 2008. O índice da Basileia para 30 de junho de 2011 é de 15,39% (17,77% em 2010). O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE pela nova forma de cálculo:

	2011	2010
Risco de crédito	1.270.559	1.067.179
Taxa de juros	8.234	2.835
Risco operacional	69.258	57.390
Ações	36	645
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	1.348.087	1.128.049
Patrimônio de Referência - PR	1.886.408	1.821.806
Excesso de patrimônio em relação ao limite	538.321	693.757

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

Acordo de compensação e liquidação de obrigações - o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possua essa modalidade de acordo.

28. CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO LUCRO LÍQUIDO ENTRE BR GAAP E IFRS

Apresentamos a seguir os principais ajustes identificados entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS, para os semestres findos em 30 de junho 2011 e 2010.

Patrimônio líquido em BR Gaap

	2011	2010	
Ajustes IFRS líquido dos impostos:	1.424.244	1.279.066	
Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes	a	35.138	36.829
Venda de ativo financeiro com retenção dos riscos e benefícios	b	-	(1.101)
Patrimônio líquido em IFRS	1.459.382	1.314.794	
	2011	2010	
	116.905	97.104	

Lucro líquido em BR Gaap

	2011	2010
Ajustes IFRS líquido dos impostos:	(2.746)	(2.374)
Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes	a	(137)
Venda de ativo financeiro com retenção dos riscos e benefícios	b	-
Lucro líquido em IFRS	114.159	94.593

a) Provisão para Perdas sobre Empréstimos e Adiantamentos a Clientes: Segundo o IFRS, com base na orientação fornecida pelo IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", o Banco efetua a provisão para perdas sobre crédito com base na avaliação individual das operações considerando as circunstâncias conhecidas quando desta avaliação. Tais critérios diferem em determinados aspectos daqueles adotados segundo o BR GAAP, que usa regras específicas definidas pelo Banco Central do Brasil para fins do cálculo da provisão. **b) Venda de Ativo Financeiro com Retenção dos Riscos e Benefícios:** Segundo orientação do IFRS, na venda de ativos financeiros com retenção dos riscos e benefícios, o ativo objeto deve permanecer registrado no ativo, sendo as receitas decorrentes de tais ativos apropriadas pelo prazo remanescente das operações vendidas. Nestes casos, o valor recebido na venda deve ser registrado no passivo, sendo os custos apropriados pelo prazo remanescente da operação. De acordo com BR GAAP, tais ativos são baixados e o resultado positivo ou negativo apurado na venda deve ser registrado ao resultado do período na data da operação.



A DIRETORIA

CONTADOR: LEILA MARIA DE CARVALHO ROCHA CRC-1SP170428/O-5



RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em reunião do Comitê de Auditoria em 03 de agosto de 2011, e com base nas informações recebidas da Administração do Banco e de suas controladas, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e no diligenciamento e análises próprias, foi recomendada a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas do BANCO ABC BRASIL S.A. referentes aos exercícios em 30 de junho de 2011 e 2010.

O relatório completo datado de 03 de agosto de 2011 do Comitê de Auditoria, contendo o detalhamento do escopo dos seus trabalhos e diligências, estará disponível no site do BANCO ABC BRASIL S.A. (www.abcbrasil.com.br) e à disposição dos interessados junto aos representantes de Relação com Investidores.

São Paulo, 03 de agosto de 2011

O COMITÊ DE AUDITORIA



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas do
BANCO ABC BRASIL S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco ABC BRASIL S.A. e as demonstrações financeiras consolidadas do Banco ABC BRASIL S.A. e empresas controladas, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração do Banco ABC BRASIL S.A. e empresas controladas é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e

executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco ABC BRASIL S.A. e as demonstrações financeiras consolidadas do Banco ABC BRASIL S.A. e empresas controladas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco ABC BRASIL S.A. e empresas controladas. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco ABC BRASIL S.A., bem como a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco ABC BRASIL S.A. e empresas controladas em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo

naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o semestre findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 3 de agosto de 2011.



Quality In Everything We Do
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6